A FORMAÇÃO DO OESTE BAIANO E A TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS DO ESTADO NO PERÍODO ENTRE 1889 A 2014

THE FORMATION OF WESTERN BAHIA AND THE TRAJECTORY OF TERRITORIAL POLICIES FROM THE STATE IN THE PERIOD BETWEEN 1889 AND 2014

LA FORMACIÓN DEL OESTE DE BAHIA Y LA TRAYECTORIA DE POLÍTICAS TERRITORIALES DEL ESTADO DURANTE EL PERIODO COMPRENDIDO ENTRE 1889 Y 2014.

MARIA APARECIDA BRITO OLIVEIRA.
Mestre em Geografia pela UFBA.
Email: cida_geografia@hotmail.com

RESUMO: A trajetória de políticas territoriais no oeste baiano apresenta-se de modo concentrado e seletivo no tempo (últimas décadas) e no espaço (poucos municípios), apontando as contradições inerentes ao papel desempenhado pelo Estado e o conteúdo das políticas destinadas ao território. O presente trabalho objetiva analisar as principais ações (programas, projetos e obras) que foram direcionadas à porção oeste do estado da Bahia (Brasil), num período entre 1889 e 2014. Compreender como se deu a estruturação das ações, o contexto econômico a elas atrelado e os interesses do Estado torna-se o eixo norteador para explicitar os desdobramentos e as características das políticas no processo de formação territorial.

Palavras-Chave: Políticas Territoriais; Oeste Baiano; Estado, Concentração de políticas, Formação Territorial.

ABSTRACT: The trajectory of territorial policies in the western of Bahia shows itself in a concentrated and selective way in time (last decades) and in space (few cities), pointing out the contradictions inherent in the role of the state and content of policies for the territory. This work aims to analyze the main actions (programs, projects and works) that were directed to the western portion of the state of Bahia (Brazil), in a period between 1889 and 2014. Understanding how was the structuring of the shares, the economic context to them and the state interests becomes the guiding principle to explain the developments and characteristics of policies in the territorial formation process.

Keywords: Territorial Policies; Western Bahia; State; Policies Concentration; Territorial Formation.

RESUMEN: La trayectoria de políticas territoriales en el Oeste de Bahia se presenta de modo concentrado y selectivo en el tiempo (últimas décadas) y en el espacio (poco municipio), señalando las contradicciones inherentes al papel desempeñado por el Estado y el contenido de las políticas destinadas al territorio. El presente trabajo propone analizar las principales acciones (programas, proyectos y producciones) que fueron orientadas a la porción Oeste del Estado de Bahia (Brasil), en el período comprendido entre los años 1889 y 2014. Además, buscar entender cómo se dio la organización de las acciones, el contexto económico a ellas asociado y los intereses del Estado, se convierten en el eje norteador para explicitar los despliegues y las características de las políticas en el proceso de formación territorial.

Palabras-Clave: Políticas Territoriales; Oeste de Bahia; Estado; Concentración de políticas, Formación Territorial;

INTRODUÇÃO

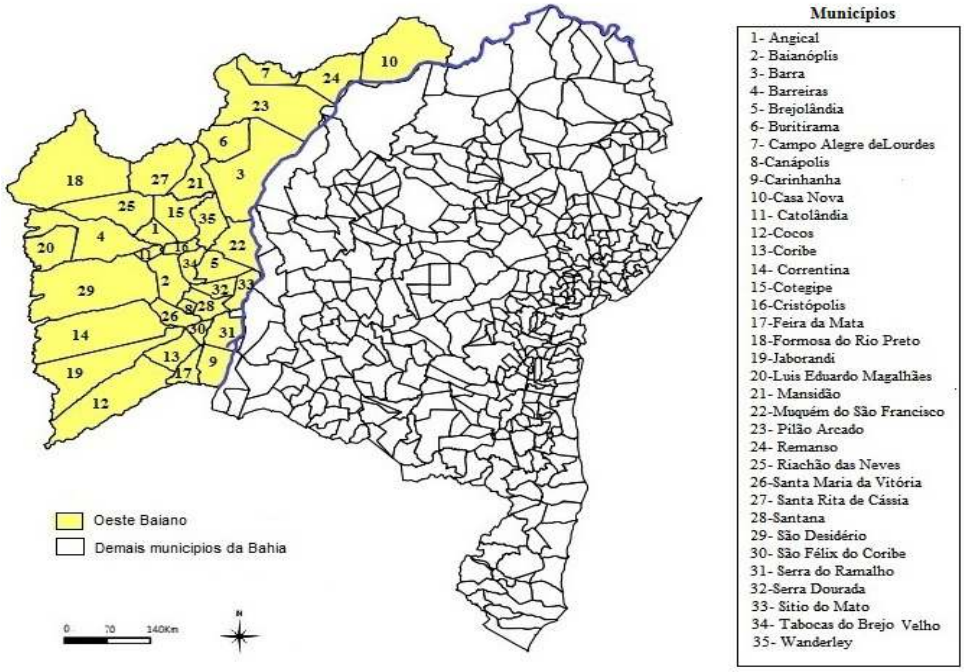
O presente trabalho pretende evidenciar os elementos fundamentais da formação do oeste baiano pelo viés das políticas territoriais, no período compreendido entre 1889 e 2014. As características de ocupação do território até o início do século XIX foram marcadas pelo desenvolvimento da pecuária, margeando o Rio São Francisco, atividade que se consolidou como o fator basilar de ocupação e povoamento. Acrescidas a esta, o histórico litígio de terras entre Bahia e Pernambuco e a estruturação de uma elite regional, conhecida como "elite dos currais" foram fatores que contribuíram para definição das particularidades da formação do território.

A partir destas características pretende-se traçar um histórico de atuação do Estado, voltado para o território compreendido pelos 35 municípios localizados à margem esquerda do Rio São Francisco (Figura 1), evidenciando as principais políticas territoriais que repercutiram na parte mais ocidental da Bahia.

Para o recorte temporal (1889-2014) dividiu-se a análise da formação das políticas em três períodos, a fim de apresentar melhor as tendências de atuação do Estado em termos de políticas territoriais e caracterizar o território de acordo com a ocorrência das diferentes ações. Foi possível identificar que no oeste, as políticas se apresentaram de modo bastante distinto e desigual, tanto temporalmente quanto espacialmente.

O território pode ser caracterizado em diferentes contextos: num primeiro momento, este se transforma da condição de um imenso *fundo territorial* ou *sertão*, para a denominação de um *Além São Francisco*, posteriormente para condição do *Oeste da Bahia* e mais recentemente para caracterização de um *Oeste na Bahia*. As conceituações adotadas e suas distinções entre as mesmas segue um padrão de políticas territoriais que se concretizou de modo diferenciado no tempo e no espaço, conforme se verá nas próximas secções deste trabalho.

Figura 1- Municípios investigados na pesquisa- Oeste Baiano 2014.



Fonte: SEI (2000) - Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

DOS FUNDOS TERRITORIAIS AO ALÉM SÃO FRANCISCO (1889 – 1955): AUSÊNCIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS E CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE ABANDONO

Até o início do século XX, a porção mais ocidental da Bahia poderia ser considerada como um imenso *fundo territorial*, conforme perspectiva apontada por Moraes (2005), devido ao histórico de ocupação. Também denominado de *sertões,* este recorte representou para Estado, durante um longo período da formação territorial, apenas uma área de reserva, cujos investimentos não se consolidaram economicamente até aquele contexto. A idéia de sertão estaria atrelada à valorização que foi dada e aos interesses numa ocupação futura, explicitando o modo de atuação do Estado desde a colonização. Para Moraes (2011b) o sertão fora "concebido como um espaço para expansão" (p. 102) e faz-se uso do termo "sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada" (p. 102).

Num contexto mais recente, os recortes compreendidos pelos *fundos territoriais* ou *sertões*, se apresentaram como potenciais para novos objetivos e novos usos sociais e políticos. Um exemplo que pode ratificar esta assertiva se relaciona com as áreas no centro-oeste do Brasil, que no contexto federativo/republicano experimentaram a expansão dos projetos do

Estado em direção às essas porções - vide os aspectos da interiorização, integração nacional, marcha para o oeste e ampliação da fronteira agrícola.

No histórico de formação do oeste baiano é possível identificar que toda a porção compreendida pela margem esquerda são franciscana, modificou-se da condição de *fundo territorial* para construção do que convém caracterizar como *Além São Francisco*. A denominação aqui estabelecida leva em consideração o período entre 1889 e 1955, tomando como base as políticas territoriais direcionadas neste recorte temporal. A mudança se processou pelo desenvolvimento gradativo de pequenas atividades produtivas (pecuária, agricultura, extrativismo) que, no entanto, não foram capazes de inserir o território no contexto econômico estadual e/ou nacional. .

Até o início o século XX, a economia do *Além São Francisco* fora marcada pela agricultura pouco especializada somada à pecuária e às atividades extrativistas. Freitas (1999a) denomina o conjunto destas atividades como *catado*[1]*,* devido à multiplicidade de produtos em pequena escala e sem grande produtividade. Vale ressaltar que neste período os vínculos (sociais e econômicos) ainda estavam na dependência do regime natural do rio São Francisco e seus afluentes, perpassando desde a produção até o deslocamento das pessoas e mercadorias, devido a ausência de outras vias de ligação.

O conjunto destes aspectos ajudou na construção da idéia de "isolamento" (econômico, político, geográfico e social) deste território, tendo em vista que o denominado *Além São Francisco* era na realidade uma área conhecida e reconhecida pelo Estado e suas lideranças administrativas, apesar de não receber, até o período, grandes investimentos dos governos baianos. Este fato poderia indicar que ocorreu um pequeno incentivo na exploração dos antigos *fundos territoriais*, mas não a ponto de tornar o território parte da economia nacional, inexistindo grandes ações em termos de políticas territoriais.

Em virtude de outras preocupações, da opção político/econômica do Estado - expressada pelos diferentes governos que assumiram administrativamente a Bahia - esta área não se apresentava como foco principal para investimentos. Na ausência de grandes projetos do Estado, na falta de aplicabilidade de políticas territoriais e em virtude da influência dos líderes regionais (coronéis dos currais) acirrou-se a construção do discurso de isolamento e ausência do Estado, enraizando-se um sentimento regional de que a Bahia não considerava a porção mais ocidental do seu território, estando esta *distante, longínqua* e *isolada*, relegada a condição de um *Além São Francisco*.

A perspectiva de Sanchéz (1992) ajuda a compreender esta questão. O autor considera uma política territorial como um conjunto de ações estratégicas designadas para agir no território e tanto a existência de políticas, quanto sua ausência são reflexos do conjunto de ações do Estado e de grupos político/economicamente hegemônicos. Neste sentido, destinar ou não ações para um determinado território é parte de uma política territorial, pois para o autor, uma *não* política pode ocasionar impactos indiretos e não previsíveis e refletir

[1] Se destaca a produção de mandioca, feijão, milho, arroz e algodão além da extração de carnaúba e mangabeira.

diretamente sobre a estrutura territorial. Além disso, o Estado tende a provoca certos "desequilíbrios", valorizando algumas áreas em detrimentos de outras, ao tempo que cumpre assumir suas prerrogativas e beneficiar as classes que lhes conferem apoio ou que lhes demandam maior número de ações.

Na trajetória de atuação no oeste, não se observou até meados de 1950 maiores intervenções dos governos baianos e de acordo com Santos (2011, p. 297) "as escassas iniciativas governamentais adotadas durante esse período foram incapazes de reverter" o quadro de estagnação econômica pelo qual passava o estado. Nem mesmo a eleição de um representante dos oestinos[2] para o cargo de governador da Bahia, fora capaz de facilitar ou destinar novas políticas para os municípios da margem ocidental são franciscana. Ao que parece, na escala estadual, o Além São Francisco continuava sem visibilidade para o planejamento do Estado.

O Quadro 1 sintetiza as grandes ações que repercutiram no território. Destacando as políticas territoriais, tem-se a navegação fluvial como a principal medida na escala estadual, esta surgindo no período anterior à República, mas que recebeu maior participação estatal já no período republicano, declinando ainda no início do século XX. Na escala federal o transporte ferroviário, a instalação de agências bancárias e a criação da Comissão do Vale do São Francisco - CVSF se apresentam como grandes investimentos para o período em questão, este último inspirado nos conteúdos modernizantes em voga no país.

A ação federal intensificou os traços do modelo de desenvolvimento implantados pelo Estado, concentrando na Bacia do Rio São Francisco os projetos de irrigação agrícolas e a implementação de hidrelétricas, sendo esta a principal fonte energética adotada no país. Além destes, observa-se o papel da iniciativa privada, sinalizada pelo desenvolvimento da navegação no Rio São Francisco e a construção do aeroporto de Barreiras, por empresas estrangeiras, condicionando novas formas/conteúdos espaciais.

Quadro 1- Políticas Territoriais e iniciativas privadas voltadas para o Além São Francisco- Séculos XIX e XX

Ação/ política	Agente/ Iniciativa	Período	Observações	Fonte
Navegação	Governo Provincial	1865	Governo incentiva a construção de uma embarcação (vapor Conselheiro Dantas) e posteriormente assume a Empresa Viação do Brasil	Bahia (2007)
Ferrovia	União	1896	Governo federal investe em novos ramos e extensão da Ferrovia Bahia – São Francisco ligando Salvador à Juazeiro	IBGE (1990); Mattoso (1992)
Navegação	Privada	1865	Comerciantes locais iniciam a navegação com embarcações próprias entre as pequenas cidades ribeirinhas, transportando pessoas e mercadorias.	Bahia (2007)

[2] No ano de 1955 o barreirense Antonio Balbino fora eleito governador da Bahia.

Ação/ política	Agente/ Iniciativa	Período	Observações	Fonte
Aeroporto	Privada	1940	Construção um aeroporto em Barreiras que se torna ponto para reabastecimento de voos de companhias americanas. Mais tarde figura-se como base militar americana na II Guerra Mundial	Santos Filho (1989)
Agências Bancárias	Federal	1943	Instalação de agências do Banco do Brasil no municípios de Barra e Barreiras, atendendo as solicitações da elite local	Bacen (2014)
CVSF	Federal	1948	Governo Federal inicia trabalho de intervenção na Bacia do Rio São Francisco com projetos de expansão agrícola e construção de hidroelétricas.	Lopes (1955)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

O Além São Francisco, constituído em meados do início da República, se apresentou como o espaço territorial, pouco inserido no contexto estadual até a primeira metade do século XX, podendo caracterizá-lo como um território de expressividade local/regional sem grandes repercussões. Esta situação foi revertida pela própria iniciativa do Estado, haja vista que este território outrora marginalizado, fora inserido como espaço estratégico para expansão da fronteira agrícola e ampliação do capital em finais do século XX. Na escala federal se apresentou como possibilidade para grandes projetos, especialmente em energia e irrigação. No âmbito estadual, a idéia de "esquecimento" e "ausência" do Estado experimentou mudanças em finais da década de 1970 quando as estratégias de ação direcionaram projetos e programas para a área dos cerrados, incluindo a parte baiana conforme será apresentado na secção subsequente.

EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS NOS CERRADOS E FORMAÇÃO DO OESTE DA BAHIA (1956- 1979).

O segundo período (1956-1979) considerado para análise de políticas territoriais fora caracterizado por ações pontuais, implementadas principalmente na escala federal. O estado baiano apenas começou a direcionar um maior número de políticas a partir do reconhecimento deste recorte estratégico, com a introdução da agricultura moderna e expansão da fronteira agrícola em direção ao centro-oeste do país. Neste contexto, devido à proximidade geográfica, as características fisiográficas e as condições políticas/econômicas os cerrados baianos acabaram sendo incorporados na dinâmica da produção agrícola nacional, que ganhou forças na segunda metade do século XX.

Importante destacar que no Brasil, o planejamento territorial e as políticas não contemplaram todo o território nacional até meados da década de 1950, inexistindo propostas

que abarcassem a totalidade do território. Já a partir da década de 1970 a expansão do modelo industrial e agrícola agroexportador, tendo como meta o desenvolvimento a nível federal, criou diversos planos de governo, como uma estratégia de intervenção nacional, a exemplo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) em suas edições do PND I (1972- 1974) e PND II (1975-1979), mas que não resolveram os problemas de toda país. Para os referidos planos, as políticas territoriais estavam centradas na ampliação dos propósitos de desenvolvimento já experimentados em décadas precedentes, cujos principais objetivos foram atrelados às políticas de crescimento regionais. Associados a este estavam diversos programas, como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) e o POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agrominerais e Agroindustriais da Amazônia), conforme aponta Ferreira, (2008).

O cenário econômico e político da Bahia neste período estava fortemente voltado para ações na região metropolitana e seu entorno, bem como no sul do estado, com propostas concentradas na Política do Cacau e na grande promessa de expansão do Petróleo, além da proposta de modernização industrial. Objetiva-se recuperar a economia e os objetivos estavam pautados na "industrialização como uma saída possível para reverter a participação pouco expressiva da Bahia nas decisões econômicas nacionais", através do "desenvolvimento da produção industrial e do incentivo ao setor agrícola, seria possível alterar o papel periférico que a Bahia desempenhava na divisão interestadual do trabalho" (SANTOS, 2007, p.44). Vários esforços do ponto de vista de planejamento foram experimentados, no entanto, o Além São Francisco, pouco recebeu incentivos na escala estadual, emergindo como área de interesse a partir da proposta nacional de expansão da agricultura pelos cerrados e pelos projetos já desenvolvidos na escala federal via CVSF (atualmente Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF).

Somente na segunda metade do século XX que a economia são franciscana experimentou mudanças de ordem técnica, social, econômica e política, com a rápida expansão da agricultura mecanizada e a consolidação do agronegócio como marca predominante. Dentre as ações pode-se citar a inserção de novos agentes governamentais e grupos econômicos privados (empresas, cooperativas de produtores), a implantação de programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO em meados da década de 1970, e mais tarde o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER, dando continuidade ao processo iniciado de políticas territoriais via ação estatal e inserido novos pontos de convergência para expansão do capital no campo brasileiro.

A partir deste conjunto de mudanças o *Além São Francisco* deixou de ser sinônimo de algo distante, longínquo ou esquecido, emergindo enquanto um espaço potencial, agora podendo ser denominado de *Oeste da Bahia.* Cabe afirmar que grande parte das mudanças, entretanto não se operou positivamente do ponto de vista da organização social, contemplando apenas uma pequena parcela de produtores agrícolas em alguns municípios do oeste.

O território começou a se projetar de uma escala local para uma escala regional/nacional, acompanhando as transformações do centro-oeste brasileiro.

Buscando evidenciar estas questões, o Quadro 2 resume as principais políticas direcionadas ao *Oeste da Bahia* que começara a ser incorporado nas demandas de projetos do Estado. A partir destes dados, pode-se compreender que de certo modo, houve ações dos governos em grandes investimentos, pelo menos na escala federal. No entanto, questionar, a quem beneficiou e se estes foram suficientes para garantir a inserção deste território na dinâmica econômica da Bahia torna-se outro ponto de análise. As ações foram muito pontuais se forem levados em consideração o número de municípios, a dimensão territorial dos mesmos e o período de tempo recortado.

Quadro 2- Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia-1956-1979

Ação/ Política	Agente	Período	Observações	Fonte
Inauguração de Brasília	Federal	1960	Além da construção da nova capital o conjunto de infraestruturas criadas para ampliar o acesso ao interior do país viabilizaram modificações territoriais nos municípios do raio de influência de Brasília.	Santos (2007)
Hidrelétrica de Correntina	Federal	1966	Construção da hidrelétrica visando o abastecimento energético da região no município de Correntina.	Santos Filho (1989)
Construção da BR 242, BR 020 e BR 135	Federal	1969	Construção da Rodovia Salvador – Brasília e Instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, na cidade de Barreiras.	Santos Filho(1989) Santos (2007);
Barragem de Sobradinho	Federal	1977	Construída pela CHESF a barragem possui área total 4214 km2 abrangendo os municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro, com a finalidade de geração de energia elétrica.	Bomfim (1999)
Perímetros Irrigados	Federal	1978	Viabilização de projetos de irrigação pública nos municípios de Barreiras, São Desidério e Coribe incentivados pela CODEVASF.	Codevasf (2014 b)
Agências Bancárias	Federal	–	Instalação agências de bancos públicos nos municípios de Barreiras, Carinhanha, Casa Nova, Correntina, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Remanso, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e Wanderley.	Bacen (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Para o período em destaque a formação do *Oeste da Bahia* seguiu o direcionamento de políticas do Estado, com destaque para inauguração da nova capital do país, Brasília, e todo conjunto de medidas a ela atreladas. A implementação de novos acessos rodoviários foi um resultado imediato deste processo que acabou contemplando alguns municípios do oeste e

permitindo a conexão com outras partes do país. Seguindo o padrão de intervenção a construção da hidrelétrica de Correntina e da Barragem de Sobradinho expressaram o modelo de planejamento pautada na matriz energética. Por um lado, se apresentam como importantes ações de repercussão territorial e por outro carregam um passivo social inestimável devido o impacto socioambiental.

Os de perímetros irrigados em Barreiras, São Desidério e Coribe seguem a mesma lógica e pode revelar como as ações do Estado foram aos poucos selecionando áreas consideradas como potenciais em detrimento de outras. Além dessas, a implantação de inúmeras agências de bancos públicos também se expressa como uma importante política territorial para o período.

Avaliando os efeitos das medidas implementadas considera-se que a partir destas ações, outras políticas puderam se consolidar no recorte, conforme será apresentado na próxima seção. O *Oeste da Bahia* fora sendo incorporado, acompanhando o ritmo de investimento no cerrado brasileiro e nos últimos anos, notou-se um privilegio de ações via governo federal. Já a escala estadual concentrou esforços em incentivos fiscais e programas atrelados à esfera federal. Contudo, cabe pontuar que estas medidas estiveram concentradas no crescimento da produção agropecuária nos cerrados baianos, sem contemplar outro viés de ações.

Retorna-se a defesa de Sánchez (1992) sobre a idéia de ausência de políticas territoriais, posição que se transforma a partir da constatação das vantagens econômicas e produtivas do território. "En la práctica, solo las relaciones de poder de cada momento darán la respuesta real a las diversas aspiraciones y deseos proyectados sobre um território" (SÁNCHEZ, 1992, p. 38). Neste sentido, as políticas voltadas para o Oeste da Bahia, a partir da década de 1970, emergiram dos novos interesses projetados sobre o território. Se em um dado contexto o recorte era reconhecido pela ausência de ações, uma posição diferente do Estado pode evidenciar que novos elementos foram considerados relevantes para que houvesse um outro direcionamento de políticas.

A PERSPECTIVA DE PLANEJAMENTO E DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO OESTE NA BAHIA (1980-2014): UM "NOVO" MODO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.

As últimas décadas do século XX fora um período político e econômico muito difícil para o país. Os reflexos da ditadura e da postura centralizadora de investimentos por parte do Estado, somados a ausência/exclusão de participação da sociedade nas decisões políticas agravaram o quadro de uma crise nacional. Contudo, apesar das grandes dificuldades que atravessaram o período, o Brasil conseguiu estruturar uma forte base tecnológica/científica em diversos setores da economia e isso só foi possível, segundo Moraes (2005), porque o Estado historicamente teve a capacidade de assegurar as grandes estratégias e vultuosos projetos territoriais, garantindo os retornos econômicos. Araujo (2000) ressalta, contudo, que as mudanças (técnicas e infraestruturais) foram pontuais não contemplando um conjunto maior do território nacional.

Os reflexos do processo de modernização, especialmente da agricultura brasileira, atualmente em sua fase globalizada, foram diretamente sentidos no *Oeste da Bahia*, tendo em vista que neste recorte as condições vantajosas permitiram a rápida penetração de novos modelos. O Estado foi um dos grandes responsáveis para criação da infraestrutura em diversos aspectos, permitindo desde as pesquisas científicas e de tecnologia de ponta até o incentivo à atração de capitais nacionais e internacionais para os municípios.

A virada para década de 1980 fora o marco das transformações para o território, na perspectiva de inserção de novos elementos sociais, políticos, econômicos e culturais. Entretanto, chega-se a interpretação de que as políticas se concentraram em investimentos pontuais dos governos em seus diferentes níveis escalares (federal, estadual e municipal), não contemplando todo o conjunto de municípios. A partir destes elementos leva-se à caracterizar numa fase mais recente (pós-1980), a formação não mais de um *Oeste "da" Bahia*, mas outro com nomenclatura semelhante: o *Oeste "na" Bahia*.

A mudança de preposição não é simplesmente uma troca de termos, mas atribuem-se características importantes, tendo em vista que a consolidação de um *Oeste "na" Bahia* resulta das transformações que parte das unidades administrativas sofreu nas últimas décadas. Estas se traduzem na implantação de objetos técnicos merecendo destaque para as barragens, hidrelétricas, estradas federais e estaduais, órgãos de gestão governamental entre outros. Além disso, o *Oeste na Bahia* é também compreendido como um "novo Oeste" parte constituinte do "novo Nordeste" apontado por Araújo (2000) e Haesbaert (2008) e caracterizado por áreas dinâmicas e modernas contrastando com espaços tradicionais.

Sintetizando as informações sobre o período de 1980 a 2014, observou-se que houve um crescente aumento de políticas, com base nas ações que foram consideradas para este trabalho. Contudo, estas ações estiveram concentradas em poucos espaços, coincidentemente naqueles em que a agricultura moderna tem se expandindo e que o PIB municipal se apresenta mais expressivo. Nesta direção, cada vez mais se acentua a existência de um território "estranho", diferente do contexto geral do restante do estado, afirmando-se enquanto espaço estratégico "na" Bahia e não "da" Bahia.

O Quadro 3 detalha as principais políticas territoriais destinadas aos municípios do *Oeste na Bahia*, bem como destaca os municípios que receberam as referidas ações entre 1980 e 2014. Há um predomínio de políticas na escala federal, com a instalação de diversas usinas hidrelétricas, eólicas e termelétricas, aeródromos públicos, barragens, açudes e represas, por exemplo. Na escala estadual as agências de bancos públicos e as rodovias estaduais são exemplos de ações implementadas. Considerando os períodos anteriores, a partir da década de 1980 houve um significativo aumento de políticas que se concentraram nos municípios com predomínio do cerrado, como Barreiras, Correntina, Santa Maria da Vitoria, Santana, Coribe, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, e São Desidério. Casa Nova e Remanso são os únicos municípios não inseridos no cerrado que receberam um volume significativo de políticas e perfazem as áreas dos vales úmidos do Rio São Francisco.

Quadro 3- Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste na Bahia- 1980-2014

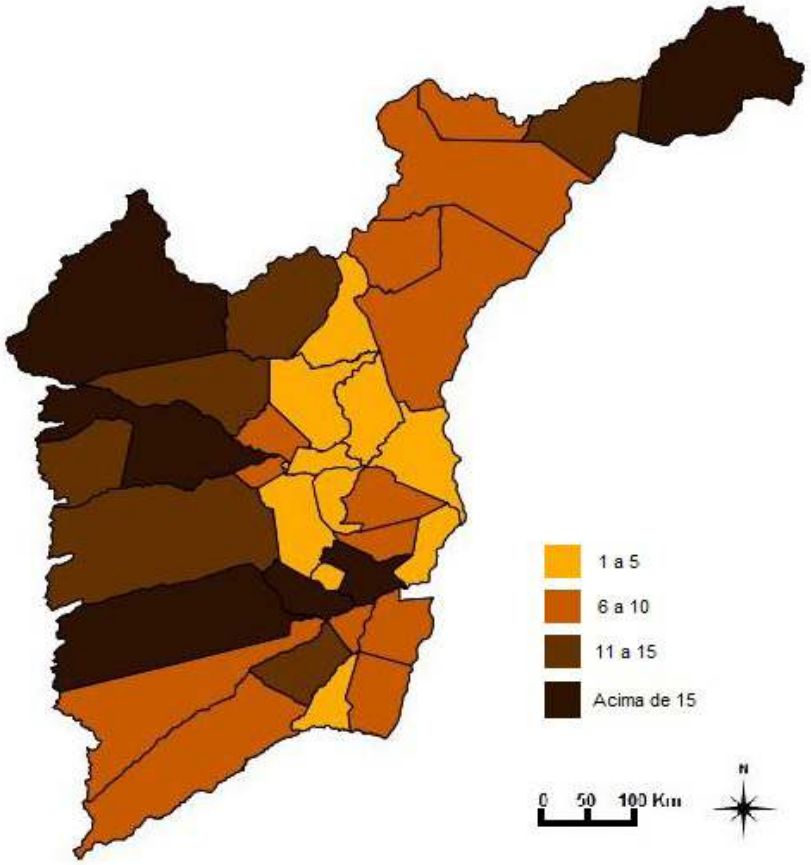
Ação/ Política	Agente	Período	Observações	Fonte
Usinas eólicas, termelétricas e/ ou hidrelétricas.	Federal	A Partir de 1980	Implantação de sistemas de energias, gerando a força motriz necessária para viabilizar a instalação de indústrias (agroindústrias) e maquinário. Apenas os municípios de Barreiras, Casa Nova, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Santana e São Desidério foram contemplados com o total de 15 ações.	ANNAEL (2014)
Projetos de irrigação	CODE-VASF	1998 e 1999	Instalação dos Projetos de Irrigação de Riacho Grande/Nupeba e Barreiras Norte, contemplando apenas dos municípios de Riachão das Neves e Barreiras.	CODE-VASF (2014b); MI (2014).
Barragens, açudes e represas.	CODEVASF e CERB	Entre 1980 e 2000	Destinação de 84 ações nos municípios do oeste. As obras tinham principalmente a finalidade de abastecimento e irrigação. Do total de 35 municípios, Baianópolis, Carinhanha, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Luis Eduardo Magalhães, Muquém do São Francisco, Pilão Arcado, Santa Rita de Cássia, Sítio do Mato e Wanderley não receberam nenhum destes objetos geográficos.	GEOGRA-FAR (2012), INEMA (2014).
Rodovias federais e estaduais	Federal e Estadual	A partir de 1980	Abertura de acessos rodoviários federais e estaduais no oeste. Dos 35 municípios apenas Barra, Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Serra Dourada e Wanderley não são diretamente cortados por rodovias federais enquanto que Campo Alegre de Lourdes, Correntina e Jaborandi não dispõe de rodovias estaduais pavimentadas.	DERBA (2010, 2014a), MIT (2014)
Aeródromos públicos	Estadual	A partir de 1980	Abertura de aeródromos públicos em pelo menos 16 dos 35 municípios sendo eles, Barra, Barreiras Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Carinhanha, Casa Nova, Cocos, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Pilão Arcado e Remanso, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia.	ANAC (2014)
Instituições de ensino superior	Estadual e Federal	1987 e 2006	Abertura de campus da UNEB na cidade de Barreiras ainda no ano de 1980 e em 2006 do campus da UFBA (hoje UFOB). Desde 2013 novos campus da UFOB foram abertos em Barra, Luis Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.	UNEB, (2014) UFOB (2014).

Ação/ Política	Agente	Período	Observações	Fonte
Instalação de agências de bancos públicos	Estadual e Federal	A partir de 1980	Abertura de pelo menos 50 agências bancárias, que foram localizadas em 24 municípios. Do total de 35 municípios, 7 não receberam nenhuma agência pública sendo eles: Brejolândia, Canápolis, Feira da Mata, Jaborandi, Muquém do São Francisco, São Felix do Coribe e Sítio do Mato.	BACEN (2014)
Instalação de agências de gestão federal	Federal	A partir de 1980	Instalação de agências do IBGE, INSS, TRT, Receita Federal e Justiça Federal localizadas em Barra, Barreiras, Campo Alegre de Lourdes, Carinhanha, Correntina, Formosa do Rio Preto, Remanso, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita, São Desidério, São Félix e Serra do Ramalho.	IBGE (2013).
Instalação de agências de gestão estadual	Estadual	A partir de 1980	Instalação de agências estaduais, ADAB, AGERBA, DERBA, EBDA, DETRAN, CAR, SEFAZ, DIREC, DIRES, CERB, localizados em 17 dos 35 municípios. Sendo: Angical, Baianópolis, Barreiras, Casa Nova, Cocos, Coribe, Correntina, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Muquém de São Francisco, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rira de Cássia, São Félix do Coribe e Wanderley	ADAB, AGERBA DETRAN, EBDA, CAR, SEFAZ, SESAB, SEC, CERB (2014) e DERBA (2014b)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

A figura 2 localiza os municípios que mais concentraram políticas territoriais, destacando que são eles, geograficamente situados na parte mais ocidental, conformando a área dos cerrados e ratificando que dos investimentos governamentais dirigidos ao território, a maioria estão concentrados naqueles cuja expansão do capital, do agronegócio foram localizadas, tanto via investimentos privados, quanto do governo. Estas áreas se impõe enquanto espaço seletivos cujos objetos técnicos artificializados foram implantados de maneira mais expressiva.

Figura 2- Intensidade de políticas territoriais em municípios do Oeste na Bahia- 1950-2014



Fonte: SEI (2000) - Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Relacionando a localização das políticas com o PIB municipal constata-se que dos dez municípios que mais receberam políticas territoriais, sete deles estão entre os maiores PIB's do oeste[3]. Nestes municípios, as rápidas transformações ocorridas alteraram completamente a dinâmica social, econômica e política, trazendo reflexos positivos, mas também negativos. Isto ratifica a idéia de um *Oeste na Bahia* ou um *Novo Oeste* que se diferencia pelo modo concentrado de ações que foram destinadas aos municípios. Salienta-se que este novo, não é necessariamente sinônimo de "novidade" ou de algo positivo, mas se qualifica pelas diferentes ações que foram relacionadas a este período e que não se podia identificar anteriormente. As interpretações de Sánchez (1992) são pertinentes mais uma vez, tendo em vista que reconhecer a existência de um novo olhar do Estado para esta porção da Bahia emerge das novas relações de poder e das "diversas aspiraciones y deseos proyectados sobre um território" (p. 38) que respondem de maneira diferente a cada contexto histórico.

Cabe pontuar ainda que apesar do grande volume de ações apresentados, a maioria dos municípios ainda necessita de investimentos de amplitude territorial. A grande maioria deles recebeu um volume inferior a dez ações, o que perfaz um total de vinte e três municípios,

[3] Os municípios são: Barreiras, Casa Nova, Correntina, Formosa, Luis Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério.

ou 66% das unidades investigadas. Se forem somadas todas as ações, em termos de políticas territoriais, para o período de 1950 a 2014 constata-se que a minoria, um total de doze municípios (34% das unidades investigadas) concentrou cerca de 61% das políticas territoriais analisadas neste trabalho, enquanto que os outros vinte e três (66% dos municípios estudados) abarcou apenas 39% do total de políticas. Mais uma vez estes dados sinalizam que as ações encontram-se espacialmente concentradas, necessitando de uma melhor coordenação para que outros municípios sejam contemplados.

Se forem somados os PIB's municipais dos 35 municípios, chega-se a conclusão que os dez municípios que mais concentram políticas territoriais (34% do total de unidades federadas) abarcam 80,2% de todo o PIB do Oeste na Bahia, enquanto que os outros vinte e três municípios (66% do total investigado) alcançam apenas 19,8% do PIB total. Isto pode ratificar mais uma vez os argumentos defendidos neste trabalho: por um lado, as políticas estão sendo direcionadas para os municípios mais atrativos do ponto de vista econômico, ao tempo que a concretização destas políticas também pode contribuir para que se eleve os padrões produtivos e os valores da economia municipal, sem que necessariamente os investimentos sejam revertidos em melhorias para todo território e população local.

Resumidamente as políticas territoriais destinadas a partir de 1980 assumiram um padrão diferente dos contextos anteriores, permitindo a inserção do oeste na economia estadual, nacional e mundial, porém sem possibilitar as transformações em todo território. Houve um abrupto crescimento em alguns municípios dos cerrados e nos vales úmidos do Rio São Francisco, contudo, a concentração das ações permaneceu como marca predominante, fazendo considerar que ainda exista um hiato entre o oeste e a Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se pôde apreender da trajetória de políticas ao longo da formação territorial no oeste baiano é que até certo período não se pode observar grandes ações de amplitude territorial, levando caracterizar uma certa negligencia do Estado com relação ao território. A partir da década de 1980, no entanto, houve uma crescente demanda de ações que acabaram por ser estimuladas pela presença do cerrados e pelos investimentos econômicos e políticos de capitais privados e governamentais. Nesta interpretação é possível considerar que o Estado agiu no oeste baiano tanto pela presença como pela ausência, tanto pela ação como pela omissão. Quando agiu, o fez possibilitando amplificar um processo iniciado de crescentes transformações - atraindo investimentos, facilitando crédito ou garantindo infraestrutura. Quando não agiu, permitiu que outros agentes se fizessem presentes, criando formas-conteúdos técnicos, estimulando novos fluxos-redes e se apropriando do território. A ação e a não ação do Estado, refletem a conjuntura social, política e econômica e se concretizou pelo conjunto de forças que operaram tanto internamente quanto externamente em relação a parte mais ocidental da Bahia.

Dialeticamente ausência e presença, podem ser relacionadas com trajetória de políticas territoriais no oeste baiano. Pelos dados que foram apresentados é possível constatar que a cerne de ação do Estado, foi e continua centrada na construção de políticas territoriais verticalizadas e pontuais, que apesar de estimular o crescimento econômico em alguns municípios ainda se limita a atenderam os reclames das classes econômicas hegemônicas, sem considerar o todo social que compõe o território. O *Oeste na Bahia* é a expressão da ação intencional e intervencionista do Estado, conforme os interesses da conjuntura econômica e das alianças engendrados pelos grupos que compõe o poder político e econômico.

A busca para construção de um "outro oeste" deve levar em conta as necessidades da população local e a inserção de diversos sujeitos no planejamento e gestão das políticas territoriais. Isto torna-se possível com o fortalecimento das lideranças organizadas e das entidades representativas da sociedade civil, buscando a ampliação de novos espaços de decisão, como os conselhos (municipais, estaduais e federais), os fóruns, orçamentos participativos, entre outros. A possibilidade de abertura à participação organizada pode contribuir para que as demandas (sociais, econômicas, políticas) sejam debatidas e/ou concretizadas, contudo, isto só será possível se o jogo de articulação entre os diferentes agentes (sociedade, Estado, grupos privados) se estruturarem no sentido de melhor direcionar as ações para o território.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tania Barcelar. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. – Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia: Versão digitalizada da E**dição Comemorativa ao centenário da Independência da Bahia - 1923. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2007.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** São Paulo: USP (Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana- Departamento de Geografia- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 296f) 2008.

FREITAS, A. F. Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999a.

_____. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999b.

HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: Questões atuais da reorganização do Território. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John. C. Oeste baiano. Os movimentos sociais face ao novo cenário regional. In: CORIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. **Oeste da Bahia**: trilhando velhos e novos caminhos. Feira de Santana: UEFS Editora, p. 98 – 130, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n° 7, p. 43·50, jul./dez. 1999. Disponível em: <https: www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf >. Acesso em 17 de julho de 2013.

_____. **Território e história no Brasil.** 2ºedição. – São Paulo: Annablume, 2005.

_____.**Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. 2º edição. – São Paulo: Annablume, 2011a.

_____.**Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011 b.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco**. Fator Propício da Existência do Brasil. 4 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SANTOS, Clovis Caribé de Matos. **Oeste da Bahia:** modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 241fls. 2007. (Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2007).

_____. Ocupação econômica, formação social e modernização agrícola. In: NEVES, E. F. **Sertões da Bahia**. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011, p. 283-313.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografía Política**. Madrid: Síntesis,1992.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano.** Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1989.